

SGA E A PLATAFORMIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO



Os docentes da rede municipal de ensino assistiram com espanto, na última quarta-feira, 29/05, à *live* de apresentação do Sistema de Gestão de Aprendizagem (SGA). O receio da plataforma se materializava.

Para os que ainda não estão familiarizados com o termo, plataforma se refere ao uso crescente de plataformas digitais, com a promessa de facilitar a aprendizagem e o ensino.

Na apresentação do sistema, o SGA foi anunciado como um recurso facilitador, que se somará às atividades docentes. Os professores terão em um mesmo local acesso aos demais aplicativos da rede: SGA, Classroom, Serap, conteúdos de aula e jogos gamificados. Ele também poderá produzir e compartilhar as suas produções. Poderá contar com inteligência artificial (IA) para facilitar a produção de conteúdo, enriquecendo a experiência de aprendizado e tornando o material mais envolvente.

Mas, qual o grande problema da adoção da plataforma pelos sistemas públicos de ensino pelo país afora?

Tomamos como exemplo para reflexão duas redes de ensino que estão mais avançadas neste processo: os Estados do Paraná e de São Paulo.

Segundo a Constituição Federal, é responsabilidade do Estado ser o principal garantidor da saúde, da segurança e da educação públicas. No entanto, o capitalismo planeja expandir suas fronteiras comerciais, minando o poder do Estado, avançando sobre as áreas de atuação da esfera pública. Muitas vezes, contando com o apoio e o interesse de governos locais, que trabalham para promover o sucateamento dos serviços ofertados à população, o que justificaria o repasse para a iniciativa privada. Desde 2016, estamos vivendo uma ofensiva neoliberal, com ataque a todos os direitos dos cidadãos e a educação pública se insere neste contexto. Teve início com o governo

Michel Temer e se intensificou com a eleição do Jair Bolsonaro.

A plataforma da educação é uma das interfaces deste processo na medida que atua para desmontar redes de ensino, desqualificar o trabalho docente, padronizar currículos e formar pessoas acríticas, lucrar de maneira imediata, por meio do acesso aos dados de estudantes e profissionais e, a médio prazo, tirar do Estado o controle dos sistemas educacionais.

Desta forma, se inicia um processo de degradação da escola pública como a concebemos hoje. À medida que o processo de plataforma se acentua, como temos o exemplo do Estado do Paraná, a escola muda o foco do seu fazer pedagógico, deixando de lado a formação com preocupação social, democrática e cidadã, e passa a entrar numa lógica de mercado, por meio da competitividade e da meritocracia. O trabalho do professor passa a ser regulado e vigiado por estas plataformas e, na sala de aula, passa a ser um mero fiscalizador, para garantir que o estudante acesse à plataforma e permaneça lá por mais tempo possível, piorando as condições de trabalho e, ao mesmo tempo, levando a um esvaziamento do fazer pedagógico destes profissionais, afetando a saúde mental.

Neste mesmo processo temos a padronização do currículo e a utilização de banco de atividades. Avaliações censitárias constantes, baseadas em testes, que levam a um ranqueamento das escolas da rede a partir destas medições. As unidades que não atingem as metas desejadas são contadas e responsabilizadas. As que não querem aderir ao sistema são pressionadas e ameaçadas.

A responsabilização das equipes gestoras pelo eventual mau desempenho de suas unidades nos rankings das unidades escolares, a partir dos resultados das avaliações, validaria para os governantes a terceirização das gestões escolares ou até

mesmo a terceirização total destas unidades. Tira-se do Estado a responsabilidade de garantir uma educação pública e passa para o mercado. É o que está acontecendo neste momento, no Estado do Paraná, com a proposta das parcerias público-privadas (PPPs).

Para além das questões profissionais, como o fim da carreira e da transformação da rede de ensino, as novas plataformas digitais sinalizam para uma formação deficiente e para o agravamento das desigualdades educacionais.

A teoria crítica da escola filosófica de Frankfurt afirma que há dois tipos de conhecimento: o crítico e o objetivo, com a finalidade de instrumentalização. Neste sentido, o capitalismo com estes projetos de plataformização, nos moldes que estão sendo reproduzidos, ensina o aluno a apenas servir ao mercado, por meio das habilidades e competências desenvolvidas, capazes de ser verificadas em avaliações censitárias. Do ponto de vista político, forma cidadãos acrílicos e alienados dos processos científico, filosófico, sociológico, cultural e humanístico. Este é um projeto que tem como objetivo o controle do capitalismo na formação de uma sociedade.

Longe de uma pedagogia libertadora e inclusiva, como defendia Paulo Freire, na qual o estudante é um agente ativo do seu processo de ensino/aprendizagem, a plataformização não leva em conta a individualidade, o seu território e as subjetividades do sujeito no processo de ensino/aprendizagem. Trabalha na lógica da massificação de alguns elementos, como uma base que sirva para todos, bem expressa aqui por meio da BNCC.

“Transformar os alunos em receptores é uma tentativa de controlar o pensamento e a ação, leva homens e mulheres a se ajustarem ao mundo e inibe o seu poder criativo.” (Paulo Freire).

Não importa o estágio do capitalismo que estivermos, o que se deseja sempre é mão de obra e massas dóceis para manter as classes dominantes com os seus privilégios. A educação, como todos os serviços públicos da sociedade, está no meio de uma disputa ideológica, que coloca em risco a estrutura da educação básica brasileira. Ainda citando Paulo Freire “não existe um processo de educação neutro. A educação, ou funciona como

um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica atual do sistema, ou ela se torna a prática da liberdade, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar da transformação do seu mundo”.

Por mais problemas que tenhamos hoje no “chão” da escola e das dificuldades do nosso fazer pedagógico diário, o trabalho do professor e das equipes pedagógicas leva em conta as características de suas salas de aula, de cada indivíduo que aí está. Debates, rodas de conversa e atividades são pensadas para promover autonomia, protagonismo e para contribuir com o desenvolvimento integral do estudante.

Os projetos políticos-pedagógicos das unidades são criados coletivamente, de acordo com as necessidades do território, estimulando a participação cidadã e o fortalecimento da democracia. Mudar toda a lógica de organização do fazer pedagógico é esvaziar as escolas do seu sentido e colocar em risco toda uma geração com impactos na organização social. Portanto, precisamos ter clareza das implicações que estes sistemas apresentados, como o SGA, trazem a longo prazo.

Em um primeiro momento, são apresentados como algo que ajudará o trabalho e a organização docentes e estimulará os estudantes. Aos poucos vão tirando a nossa autonomia sobre as escolhas e os caminhos pedagógicos. A vigilância e as cobranças vão tirando todo o tempo do professor para o planejamento e, quando nos atentarmos, estaremos apenas alimentando plataformas que levam ao fim da nossa carreira e a uma educação que ampliará as desigualdades sociais. Portanto, é necessário que fiquemos alertas para o avanço deste sistema no nosso dia a dia e que possamos discutir e definir os seus limites sobre a nossa liberdade de cátedra, o trabalho pedagógico e a autonomia das unidades escolares.

